

**“MINORIAS” QUE SÃO MAIORIAS**

Que os **índios** sejam minoria no Brasil, é óbvio. Depois de quinhentos anos de genocídio e etnocídio, só restaram uns 200.000 descendentes puros dos habitantes autóctones da região. Que os **negros** sejam minoria, já foi desmascarado há muito tempo. Plagiando uma expressão do Presidente da República: “Que brasileiro não tem um pé na cozinha (ou na senzala)?” Que as **mulheres** sejam minoria, é uma mentira gritante. Basta ter olhos que vejam. E, no entanto, o conceito de minoria aflora, quando se trata de juntar estes três grupos humanos.

É o “óbvio ululante” – diria Nelson Rodrigues – reconhecer que, neste caso, “minorias” não é um conceito estatístico, mas cultural e ideológico. É cultural, porque faz parte de certa linguagem, pelo menos até há pouco usual. Hoje, seu emprego causa mal-estar, pois se ouve sempre mais a voz desses grupos humanos que reivindicam um lugar condigno na sociedade e na Igreja. É ideológico, porque quem classifica outro grupo como “minorias” é um sujeito estatisticamente minoritário que, no entanto, se considera “maioria” por deter o poder, a decisão social, econômica, política. Julga poder atribuir-se valor maior que o dos outros. É, no caso do Brasil, a “elite” branca (ou embranquecida) e masculina que nos dirige há 500 anos. Ou, no caso clássico dos Estados Unidos, os WASP (white anglo-saxon protestant), para os quais negros, “latinos”, árabes são “minorias”. Mais. Todo o Terceiro Mundo, visto desde a superioridade do Império, são a massa “minoritária” a ser posta sob a dependência vexatória dos detentores do julgamento último sobre o bom e o mau, a justiça e o terrorismo. Esse estranho conceito de “minorias” relaciona-se com menoridade. Os membros dos grupos em questão são “menores”, irresponsáveis, devem ser tutelados pelos “maiores”. Estes, sim, decidem por aqueles, pobres incapazes, e lhes “concedem”, conforme seu “bom comportamento”, um pouco mais de espaço na sociedade criada para a “maioria” estatisticamente minoritária.

A concepção de “minoría” cultural e ideológica traz consigo a prática da desigualdade, tão arraigada na sociedade brasileira, a ponto de Roberto da Matta afirmar, com razão, tratar-se de um traço cultural característico do povo brasileiro. Entre nós, ninguém é igual; sempre alguém é superior. Vale de todos, desde o guarda da esquina que, com a farda, atua como superior, por ser investido de “autoridade”, mas sem farda se sente inferior ao “doutor”. Até às autoridades que, em nome da “democracia”, defendem seus privilégios em face dos demais. A entranhada desigualdade se faz presente até na linguagem. Em inglês todos são igualmente “you”. Em alemão só se pode usar o “Du” coloquial para quem também nos trata por “Du”; os demais, seja o balconista, a faxineira ou o médico, são sempre tratados por “Sie”, “Herr” ou “Frau” tal e tal. Entre nós não. O balconista e a faxineira são “você” ou “tu” (conforme a região), mas ai deles se nos tratarem da mesma maneira; exige-se “o senhor”, “a senhora”, tratamento bem estranho, se algum dia se parasse para pensá-lo, abstraindo-se da aberração de se ter tornado um pronome da segunda pessoa do singular com o verbo na terceira pessoa. Vai no mesmo sentido o, entre nós, clássico “carteiraço” e o indignado e ameaçador “Sabe com quem está falando?”. Vivemos numa sociedade culturalmente estruturada em pessoas importantes e Joões Ninguém, em “maiorias” e “minorias”.

Erich Fromm mostra o isomorfismo da dupla estrutura de autoritarismo e subordinação: os autoritários com relação aos inferiores são subservientes aos que lhes são superiores. Toda estrutura de dominação tem, assim, uma estrutura binária, até chegar à cúpula do poder, o onipotente que todos veneram. Na relação entre “maiorias” minoritárias e “minorias” majoritárias vale a mesma lei. Tudo, menos igualdade, liberdade e solidariedade (para evitar o androcêntrico “fraternidade” do lema original da Revolução Francesa, sem precisar lançar mão do neologismo feminista da “sororidade”).

Cada uma das “minorias” é assim qualificada por determinada razão ideológica. O índio é “minoría”, mesmo em países latino-americanos de maioria indígena. Ele o é a priori, pela cultura e pela raça, graças ao etnocentrismo que as classes dominantes herdaram do colonialismo ibérico. Os traços faciais podem trair a origem indígena de quem está no poder, mas os índios são os “outros”, os “bárbaros”, “minoría”.

O negro é “minoría” graças ao racismo. Não fora entre nós o crescimento da consciência de negritude, continuaríamos pensando que são poucos os negros no Brasil e qualquer mistura café com leite já nos tornaria todos brancos. A política governamental do embranquecimento pode estar bem longe no passado; a atitude de embranquecimento é ainda recente, até mesmo entre afrodescendentes.

A “minoría” da mulher provém do machismo, encarnação cultural do androcentrismo e do sexismo, denunciados inicialmente pelas feministas do hemisfério norte. Como toda ideologia, o machismo é sutil. Subjaz a provér-

bios, expressões corriqueiras, atitudes óbvias. Foi introjetado pelas próprias mulheres como expressão da natureza.

A fé cristã questiona radicalmente essa leitura cultural e ideológica e procede mesmo a sua inversão. Em Cristo já não há mais judeu e grego, escravo e livre, homem e mulher, todos são um (cf. Gl 3,28). O maior é o pequeno (cf. Mt 18,2-3), o pobre, o marginalizado, pois “o que fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes” (Mt 25,40). E “aquele que dentre vós quiser ser grande, seja o vosso servidor, e aquele que quiser ser o primeiro dentre vós, seja o servo de todos” (Mc 10,43-44). Ou ainda: “o que é loucura no mundo, Deus o escolheu para confundir os sábios; e, o que é fraqueza no mundo, Deus o escolheu para confundir o que é forte” (1 Co 1,27).

A Igreja (enquanto inteiro povo de Deus ou enquanto hierarquia) procede a essa inversão exigida por seus documentos fundamentais, os escritos do Novo Testamento? Eis a questão que vale a pena que a Igreja se ponha sempre de novo num exigente exame de consciência, já que deve ser a “Ecclesia semper reformanda” (a Igreja a ser constantemente reformada) no confronto com o Evangelho.

Em janeiro de 1971, os missionários latino-americanos entre os **povos indígenas** entraram em polvorosa com o “Documento de Barbados”. Um grupo de onze antropólogos, reunidos naquela ilha caribenha, criticam duramente a política indigenista dos governos, e também a atuação missionária das Igrejas, chegando mesmo a afirmar que seria melhor fechar todas as missões. À indignação sucedeu-se o bom senso e vários setores da Igreja despertaram para o que havia de justo nas críticas dos antropólogos. Consciências adormecidas acordaram-se para a necessidade de revisão da prática missionária. A criação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), em 1972, está ligada não só à nova consciência eclesial proveniente do Concílio Vaticano II e da Conferência Episcopal de Medellín, mas também à necessidade de repensar a prática missionária à luz dos conhecimentos antropológicos atuais.

Desde a primeira assembléia, realizada em Goiânia, em junho de 1975, o CIMI assumiu, como parte integrante de uma evangelização libertadora, a defesa das terras, das culturas e da autodeterminação dos povos indígenas. Desde então tem escrito uma história muito positiva no relacionamento da Igreja do Brasil com os primeiros habitantes destas terras. O CIMI empenhou-se na solidariedade com os índios em torno a questões candentes que dizem respeito à vida e morte dos povos indígenas e de suas culturas: terra, estatuto do índio, educação indígena, saúde, auto-sustentação. A evangelização na concepção do CIMI não consiste só em anunciar a Jesus Cristo com palavras, mas com obras messiânicas (cf. Lc 7,22-23), sem as quais as ações destroem as belas palavras. O anúncio do Evangelho compreende, como momento intrínseco, o diálogo inter-religioso com as religiões ancestrais e a inculturação da fé que, ao mesmo tempo, incentiva e valoriza culturas desprezadas. Nessa história das relações recentes da Igreja com os povos indígenas,

*através do CIMI, não faltaram cristãos, mártires da fé e da justiça, que mesclaram seu sangue com o sangue dos índios que, nesses 500 anos, tombaram massacrados.*

*O **movimento negro** poderia ser considerado tão velho quanto o tráfico de escravos, pois a resistência dos africanos exilados começou antes mesmo do embarque nos navios negreiros. O moderno movimento negro tem entre seus antecedentes a saga dos quilombos, com sua utopia e seus heróis, a resistência surda à imposição “evangelizadora”, através do sincretismo que escondia os orixás sob a “camuflagem” dos santos católicos mais populares – para usar o termo técnico criado por Mircea Eliade. A religião africana persistiu na clandestinidade, quer em práticas ocultas no mato, quer sob o título de bailes, quer ao ser insuflada pelas mãos pretas no ouvido dos “sinhozinhos” e “sinhazinhas”, a ponto de passar a constituir parte da identidade do “catolicismo brasileiro”. Saída da clandestinidade, a religião africana foi primeiro “caso de polícia”, para tornar-se depois, aos olhos dos brancos, parte integrante do folclore, até vir a ser reconhecida como religião.*

*No candomblé, no batuque ou no congado, como nas “Irmandades do Rosário dos homens pretos”, os negros conservaram ou recriaram suas estruturas sociais, embora o senhor de escravos tenha feito tudo para destruí-las. Se a queima dos arquivos, protagonizada por Ruy Barbosa, não permite aos afrodescendentes conhecerem com exatidão suas raízes e traçarem suas árvores genealógicas, nem por isso o sentido da injustiça praticada e a necessidade de reparação deixam de estar vivos na consciência deles e de todo brasileiro que se preza de moderno e civilizado.*

*A Igreja não está isenta de culpa em todo esse calvário de desprezo, rebaixamento e vilania. Mil vezes foi recordado que a Igreja justificou a escravidão e a “batizou”. Os clérigos tinham seus escravos. A hierarquia não participou da luta abolicionista. Ainda bem entrado o séc. XX, havia congregações religiosas que julgavam ineptos para suas fileiras os descendentes de africanos. E, no fim do século, a Campanha da Fraternidade de 1988 escancarou o encobrimento em que se gostaria de ter deixado a temática da negritude. O tema não foi acolhido em toda a parte, com o mesmo empenho. Houve dioceses que não quiseram enfrentar a crueza da realidade de discriminação que os negros continuam a sofrer entre nós.*

*O **movimento feminista**, originário do Primeiro Mundo, propugnava, numa primeira fase, a emancipação da mulher: a mulher buscava um lugar no mundo dos homens. Desde os anos 60, numa segunda fase, tem como meta a libertação da mulher, pondo em questão o mundo machista, seus modelos androcêntricos e suas estruturas patriarcais. Não se trata meramente de a mulher encontrar lugar no mundo dos homens. Urge reestruturar a sociedade (e a Igreja) na perspectiva de superar o androcentrismo e o sexismo. Para tanto, será preciso redefinir a imagem cultural e os papéis sociais de homem*

e mulher (gênero), para que o exercício dos direitos humanos básicos não dependa do sexo.

A perspectiva feminista teve dificuldade para encontrar ouvidos na Igreja católica. Mary Daly, a primeira católica a entrar na peleja e terçar armas pela Igreja contra “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, acabou por render-se às críticas feministas. Sete anos depois da primeira edição de seu livro apologético, “A Igreja e o segundo sexo”, apõe à segunda edição uma “introdução feminista pós-cristã”. Reconhece ter sido ingênua ao distinguir entre a essência da mensagem cristã e seus condicionamentos socioculturais e declara o cristianismo irrecuperável para o feminismo.

Quando o magistério eclesial (masculino) sentiu necessidade de falar especificamente da mulher, foi para lembrar-lhe suas funções tradicionais de esposa, mãe, educadora, enfermeira. É assim que o Concílio o faz em sua mensagem final dirigida a toda a humanidade. Fala aos governantes, aos homens do pensamento e da ciência, aos artistas, aos trabalhadores, aos pobres, aos enfermos, aos sofredores, aos jovens e – como se todos eles fossem varões – dirige-se também às mulheres nos termos evocados pouco acima.

Mesmo voltando freqüentemente ao tema, quando a hierarquia se abre às mulheres (que, no entanto, constituem a maioria absoluta de seus **fiéis mais fiéis**), é para determinar os limites de sua atuação. Por mais que os documentos papais tratem de exaltá-las, lembram-lhes sempre os limites de seu papel na Igreja e na sociedade, limites condicionados por uma cultura ultrapassada. São iguais por sua dignidade cristã de batizadas, mas, dentro dessa igualdade, as menos iguais...

Se se tentasse resumir a atitude da Igreja hierárquica diante das “minorias” culturais e ideológicas, talvez se devesse dizer que para com os índios a atitude é de proteção; para com os negros, de condescendência – tanto sofreram seus antepassados na escravidão! –; para com a mulher, de medo!

O Ano Santo de 2000 trouxe consigo uma onda de pedidos de perdão da Igreja por pecados cometidos no passado. João Paulo II já iniciara anteriormente essa prática. Discursando na Ilha de Goréia, no Senegal, importante entreposto do tráfico negreiro, pediu perdão pelo apoio dado pela Igreja à escravidão negra. Semelhantemente o fez com relação aos índios da América Latina e do Caribe. Mas, dada a oposição de importantes figuras do episcopado latino-americano e caribenho, formulou-o bem mais timidamente e só o pronunciou chegando a Roma, de volta da viagem a Santo Domingo para a IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (1992). Revisitar o passado para reconhecer seus erros é salutar e, mesmo, necessário. Entretanto, de nada adianta pedir perdão, se o arrependimento pelo passado não se traduz em ações no presente. Seria bem mais construtivo e evangélico pedir perdão pelo presente, pois sobre este as atuais gerações da Igreja podem atuar; os

*pecados do passado já estão entregues definitivamente à misericórdia de Deus, sempre infinita, e ao julgamento da história, sempre impiedoso.*

*Entre os pecados da Igreja hoje, está, sem dúvida, “minorizar” as “minorias”. Não que a regra valha indistintamente de todos e da hierarquia inteira. A CNBB, por exemplo, cujos 50 anos celebramos com alegria, rendendo graças a Deus, soube pôr-se do lado dos índios, apoiar a formação da consciência da igualdade de todas as raças, disfarçar a discriminação estabelecida pelos cânones contra a mulher.*

*Pedir perdão supõe arrependimento; arrependimento traz consigo emenda. Que a Igreja peça, com sinceridade, perdão aos índios, negros e mulheres pela “minorização” que pratica **ainda hoje!** Que Deus nos abra o coração e a mente para que seja cada vez mais verdade a profissão de fé transmitida por Paulo em Gl 3,27-28: “Todos vós, que fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo. Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre”, não há índio nem civilizado, não há negro nem branco, “não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus”. Realizar essa confissão de fé na prática e na teoria, na história e na escatologia, na sociedade e na Igreja, não seria uma das concretizações maiores e mais eloqüentes da mensagem cristã para nossos dias?*